



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

LILIANA DIAS DE SOUZA

**ANÁLISE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE
CAMPINA GRANDE QUE ATENDEM ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA**

**CAMPINA GRANDE
2018**

LILIANA DIAS DE SOUZA

**ANÁLISE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE
CAMPINA GRANDE QUE ATENDEM ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências
Biológicas com habilitação em Licenciatura
Plena pela Universidade Estadual da Paraíba.
Área de concentração: Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Simone Silva dos
Santos Lopes

**CAMPINA GRANDE
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S719a Souza, Liliana Dias de.
Análise das escolas municipais de ensino fundamental de
campina grande que atendem estudantes com deficiência
[manuscrito] / Liliana Dias de Souza. - 2018.
20 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências
Biológicas) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e da Saúde, 2018.
"Orientação : Profa. Dra. Prof.^a Dr.^a Simone Silva dos
Santos Lopes, Coordenação de Curso de Biologia - CCBS."
1. Educação inclusiva. 2. Estudante com deficiência. 3.
Escola pública. I. Título

21. ed. CDD 371.9

LILIANA DIAS DE SOUZA

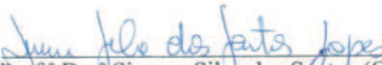
**PERFIL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE
CAMPINA GRANDE QUE ATENDEM ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA**

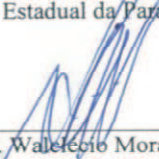
Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências
Biológicas com habilitação em Licenciatura
Plena da Universidade Estadual da Paraíba.
Área de concentração: Educação.


Orientadora: Prof.^a Dr.^a Simone Silva dos
Santos Lopes

Aprovada em: 03/08/2018.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Simone Silva dos Santos (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Walécio Morais Lira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Delcio Castro Felismino
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu filho Matteo, por todo o amor, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dra. Simone Silva dos Santos Lopes, por sua disponibilidade, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa.

Aos gestores das escolas e aos professores que prontamente se dispuseram a participar da pesquisa.

A Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande por disponibilizar dados que foram de grande importância ao andamento deste trabalho.

Aos professores participantes da banca examinadora que dividiram comigo esse momento tão importante, Prof. Dr. Walclécio Moraes Lira e Prof. Dr. Delcio Castro Felismino.

A minha mãe, por sempre me apoiarem e me fazer acreditar que sou capaz.

A meu pai (*in memoriam*), embora fisicamente ausente, sentia sua presença ao meu lado, dando-me força.

Aos amigos Emmanuela Nascimento Ferreira e José Campos Junior pelos momentos de amizade e apoio.

A Rodrigo, por todo carinho e companheirismo.

“ Concebe-se a deficiência como inerente à condição humana e como expressão de sua variação corporal” (DINIZ, Débora 2007).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	METODOLOGIA.....	12
3	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	13
3.1	Sala de AEE - Número de estudantes com deficiência matriculados.....	13
3.2	Formação dos professores.....	14
3.3	Prevalência de deficiências nas escolas.....	15
3.4	Acessibilidade.....	16
4	CONCLUSÃO	17
	REFERÊNCIAS	18

ANÁLISE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE CAMPINA GRANDE QUE ATENDEM ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Liliana Dias de Souza¹

RESUMO

As atuais políticas públicas federais, voltadas à educação especial, vêm exigindo que as escolas se adequem para incluir no ensino regular estudantes com algum tipo de deficiência. Este trabalho teve o intuito de analisar escolas públicas municipais de ensino fundamental da cidade de Campina Grande – PB, que atendem estudantes com deficiências. Foram analisadas 13 escolas por meio de aplicação de questionário semiestruturado nos anos de 2012 e 2018. Observou-se avanços na inclusão e acolhimento desses estudantes o que pode ter refletido no aumento do número de matrículas da educação especial no ensino regular do município. Apesar de entre os anos de 2012 e 2018 ter havido um avanço significativo na inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais nas escolas municipais de ensino fundamental da cidade pode-se dizer que ainda há um longo caminho a ser trilhado para que a legislação atual seja cumprida, não só no que concerne ao número de matriculados como também a qualidade da educação especial para que, de fato, a mesma torne-se inclusiva.

Palavras-chave: Sala regular, inclusão, escola pública.

1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo perdurou o entendimento de que a educação especial organizada de forma paralela à educação comum seria mais apropriada para a aprendizagem dos estudantes que apresentavam deficiência, problemas de saúde, ou qualquer inadequação com relação à estrutura organizada pelos sistemas de ensino. Essa concepção exerceu impacto duradouro na história da educação especial, resultando em práticas que

¹ Aluna de Graduação em Ciências Biológicas na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
Email: lilianadiass.ld@gmail.com.br

enfaticavam os aspectos relacionados à deficiência, em contraposição à dimensão pedagógica (BRASIL, 1994).

A partir de um movimento mundial na década de 90, onde passou-se a debater a educação especial e as políticas públicas de educação inclusiva surgiram documentos internacionais como a Declaração de Salamanca (1994), a qual dá uma base sólida para a construção de um modelo educacional igualitário e a criação de políticas públicas e educacionais voltadas para a inclusão de estudantes com necessidades especiais, compromissos esses já proclamado pela Declaração Mundial de Educação para Todos (1990).

O desenvolvimento de estudos no campo da educação e a defesa dos direitos humanos, vêm modificando os conceitos, as legislações, as práticas pedagógicas e de gestão, promovendo a reestruturação do ensino regular para receber alunos com deficiência (MELETTI e BUENO, 2011).

No Brasil a Constituição Federal de 1988 traz no artigo 205 a educação como um direito de todos. Em 1994, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de integração instrucional dos estudantes com deficiência que: “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os estudantes ditos normais ” (p.19).

Nos anos seguintes o Brasil definiu políticas públicas e criou instrumentos legais que garantem a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais na escola regular, tendo como princípios norteadores a Lei de Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (BRASIL, 1996).

Estudantes com deficiência que puderem frequentar um ambiente escolar, devem ter acesso ao ambiente da escola comum do ensino regular, onde conviverão com pessoas da sua idade e serão estimulados a aprender aquilo que lhes for possível (BRASIL, 2004). Entretanto, para que ocorra a inclusão destes estudantes deve haver um mínimo de infraestrutura pedagógica e física nas escolas de ensino regular para o melhor atendimento desses estudantes. Em 2005, o governo federal deu início ao Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Em 2006 lançou o Projeto Educar na Diversidade. Posteriormente surgiram novas políticas nacionais com o mesmo enfoque, assim também como as mesmas através de decretos e resoluções foram sendo fortalecidas.

Em 2008, houve a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva com o intuito de assegurar a inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a partir de então o sistema de ensino começou a ser moldado para se adequar as diretrizes propostas, (BRASIL, 2008).

No ano de 2009, foi publicada a Resolução nº 4 do Ministério da Educação (MEC) que discute sobre as Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, onde define que devem ser atendidos nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) alunos com deficiência motora, deficiência sensorial (auditiva e visual), deficiência intelectual, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; e as funções do professor de educação especial dentre outras normas. Em 2011, com o Decreto nº 7611/2011 é estabelecido apoio técnico e financeiro para a formação continuada na perspectiva inclusiva para todos os professores e funcionários de escolas que atendam alunos com deficiência.

O Atendimento Educacional Especializado é parte integrante do processo educacional, ofertado em sala de recursos multifuncionais no turno inverso da escolarização sob a coordenação de um profissional com formação na área de educação especial. O serviço tem a função de complementar ou suplementar a formação do estudante, disponibilizando recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (BRASIL, 2009).

A Região Nordeste tem uma das maiores taxas de prevalência de pessoas com pelo menos uma deficiência, cerca de 26,3%; e o estado da Paraíba tem a segunda maior incidência de pessoas com pelo menos uma deficiência, 27,76%, ambas frequências acima da média nacional de 23,9% (IBGE, 2010).

Campina Grande é a segunda maior cidade do estado da Paraíba com estimativa de 410.332 habitantes em 2017 (IBGE, 2018). Nessa perspectiva a presente pesquisa analisou escolas públicas municipais de ensino fundamental da cidade que atendem estudantes com deficiência com o objetivo de produzir dados para que ocorra direcionamento das políticas públicas na área da educação especial.

2. METODOLOGIA

2.1 Tipo de pesquisa

Foi realizada uma pesquisa descritiva quantitativa com aplicação de questionário semiestruturado.

2.2 Variáveis analisadas

Para fazer uma análise das escolas referentes a adequação a legislação para atendimento aos alunos com deficiência foram observados cinco pontos sendo eles: presença de salas de AEE nas escolas, número de estudantes com deficiência matriculados, formação dos professores, principais tipos de deficiências apresentadas pelos estudantes e condições de acessibilidade.

2.3 Público alvo

O público-alvo da educação inclusiva em Campina Grande abrange estudantes com todos os tipos de deficiência (física, intelectual, sensorial), transtorno global do desenvolvimento além de altas habilidades e superdotação, estando de acordo com as diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 2009). Nessa perspectiva a presente pesquisa pretende fazer uma análise das escolas públicas municipais do ensino fundamental da cidade de Campina Grande – PB que atendem estudantes com deficiências e possuam sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

2.4 Coleta de dados

Com a intenção de verificar o processo de implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) nas escolas públicas municipais de Campina Grande esta pesquisa foi realizada em dois momentos distintos, no ano de 2012 e no ano de 2018. Em 2012, foram coletados os dados de 13 escolas municipais de ensino fundamental na cidade de Campina Grande, em 2018 foram coletados dados de uma amostra de 5 escolas, com a finalidade de realizar uma análise comparativa a respeito da implementação e evolução da inclusão de estudantes com deficiência nas escolas analisadas. Foram aplicados questionários semiestruturados a Secretária Municipal de Educação, aos gestores educacionais e aos professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE) das escolas analisadas.

Os critérios de inclusão para participação da pesquisa foram escolas que possuíam estudantes com deficiência matriculados e sala AEE, que em 2012 eram um total de 17

escolas, no entanto, foram aplicados questionários para 13 escolas destas. No ano de 2018, repetiu-se os mesmos questionários a uma amostra de 5 escolas dentre as 13 analisadas previamente em 2012, utilizando o critério de incluir as escolas que possuíam o maior número de alunos com deficiência matriculados no ano de 2012.

Na Secretaria Municipal de Educação os questionários aplicados foram direcionados a análise das políticas implementadas para a inclusão e dados estatísticos relevantes a pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Atendimento Educacional Especializado (Sala AEE) e Número de estudantes com deficiência matriculados

No ano de 2012 das 123 escolas públicas municipais de Campina Grande apenas 17 (13,8%) possuíam salas de AEE, e o número de estudantes matriculados no ensino fundamental na cidade que possuíam alguma deficiência foram 200 estudantes. Em 2018, observou um crescimento tanto no número de estudantes matriculados (1.200 estudantes) quanto no número de escolas que possuem as salas AEE que passou para 50, sendo que destas 46 estão em pleno funcionamento (tabela 1).

Foram observados avanços no ano de 2018 em comparação aos dados coletados no ano de 2012, demonstrando uma evolução e melhora na estruturação das escolas que atendem as crianças com deficiência, que pode ter refletido no aumento do número de estudantes matriculados.

No âmbito da inclusão escolar é relevante a contratação, por parte da Secretaria de Educação do município, de cuidadores para os estudantes com deficiência que necessitem de um acompanhamento individualizado, sendo um total de 193 cuidadoras contratadas este ano.

Tabela 1 – Dados do Atendimento na Educação Especial em Campina Grande - PB

	2012	2018
Nº de escolas	123	108
Nº escolas com sala de AEE	17	50 (46 em funcionamento)
Nº alunos matriculados nas escolas de Ensino Fundamental	30.367	26.063
Nº alunos matriculados com deficiência	200	1.200

Nº de cuidadoras	0	193
------------------	---	-----

FONTE: próprio autor

Segundo dados da Secretaria de Educação Especial (BRASIL, 1994) na década de 80, dos 10% da população que necessitavam de assistência na educação especial apenas 1% tinham acesso a mesma. Em 1994, com o lançamento da Política Nacional de Educação Especial iniciou-se um processo de inclusão que vem elevando o número de matrículas nas redes de ensino para estudantes portadores de alguma deficiência. Melleti e Bueno, (2011) ao realizarem estudos no período de 1998 a 2006 verificaram um crescimento de 48,14% das matrículas nas escolas comuns e de 28% em classes especiais e sendo triplicado o número de matrículas no ensino fundamental. As políticas de inclusão dos estudantes com deficiência na educação regular também vêm dando sinal de efetividade na cidade de Campina Grande, que pode ter refletido no aumento do número de matrículas que foi elevado em 600% entre os anos de 2012-2018.

3.2 Formação dos professores

A partir das análises dos dados referentes aos anos de 2012 e 2018, observou-se que todos os profissionais atuantes nas salas de AEE possuem alguma formação na área de educação especial, na sua maioria pós-graduação. Enquanto que, ao compararmos com os professores das salas regulares verifica-se que mais de 90% desses professores não possuem formação na área de educação especial, o que demonstra que houve um direcionamento dos profissionais com formação especializada para atendimento dos alunos com deficiência apenas nas salas de AEE. Para melhorar a atuação destes professores, em 2018 foi implantado pela Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande o programa de formação continuada em educação especial, onde os professores participam mensalmente sendo aberto para os professores de AEE, de salas regulares e gestores.

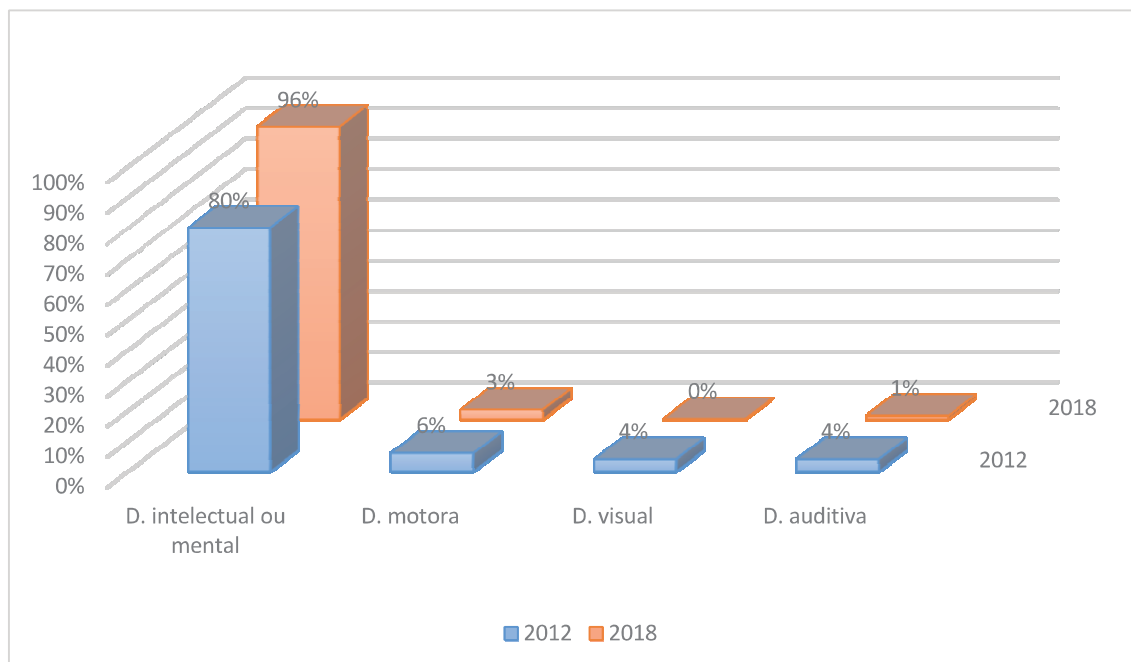
Esta formação tem um impacto positivo para o atendimento dos estudantes com deficiência, já que a formação continuada estimula, formando continuamente e valorizando o professor que é responsável pela tarefa fundamental da escola, a aprendizagem do estudante (BRASIL, 2009). Para garantir o atendimento das necessidades educacionais especiais é imprescindível que os profissionais que atuam direto ou indiretamente com os alunos a serem assistidos tenham formação inicial e

continuada na área de educação especial (MAZZOTTA, 2005; PLETSCHE, 2009; 2011; CAIADO, JESUS, BAPTISTA, 2011).

3.3 Distribuição das deficiências nas escolas

No período de 2012 a 2018, o principal tipo de deficiência observada entre os estudantes matriculados foi a deficiência intelectual ou mental, 80% em 2012 e 96% em 2018, seguida pela motora, auditiva e visual com percentual muito baixo, (figura 1).

Figura 1. Gráfico com distribuição dos tipos de deficiência dos estudantes matriculados nas escolas municipais de Campina Grande nos anos de 2012 e 2018.



FONTE: próprio autor

Nas escolas públicas fundamentais de ensino regular da cidade de Campina Grande, observou-se um pequeno número de alunos portadores de deficiência visual e deficiência auditiva, segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, estão matriculados em 2018 na rede municipal de ensino regular apenas sete estudantes com deficiência visual ou baixa visão e onze com deficiência auditiva. Porém os dados do IBGE (2010), demonstram que entre as crianças de 0 a 14 anos, as deficiências que apresentam maior prevalência são as sensoriais, 6,6%. Este número reduzido de estudantes matriculados com deficiência visual e auditiva pode estar relacionado a

presença de escolas especializadas para cegos e surdos, como o Instituto de Cegos, APAE e entre outras instituições na cidade.

A legislação diz que o aluno com deficiência preferencialmente deverá ser matriculado na rede regular de ensino. O que não impede de instituições com salas de ensino especializado recebê-los. Pletsch (2012) ressalta que essas instituições são utilizadas para “preparação” dos alunos para que possam ingressar nas escolas de ensino regular. Porém, observou-se nesta pesquisa no período de 2012 a 2018 que o número de estudantes com deficiência visual e auditiva matriculados nas escolas de ensino regular não foram elevados, provavelmente estas instituições além de servir de preparação mantem estas crianças durante toda sua formação escolar.

O número elevado de alunos matriculados com deficiência intelectual ou mental, também foi observado em outras pesquisas como descrita por Pletsch (2010, 2016) e Pletsch e Oliveira (2015) que pesquisaram políticas de inclusão escolar em municípios da Baixada Fluminense/RJ e Meletti e Bueno (2010) que analisaram os dados oficiais de matrícula em educação especial no Brasil no período 1997-2006. Segundo Pletsch e Oliveira (2015) existe a dificuldade das famílias em obterem um diagnóstico correto e precoce, devido a isto ocorrer outros tipos de deficiências não estão sendo identificadas, e são diagnosticadas como deficiência intelectual ou mental erroneamente. Para solucionar seria necessário criar diretrizes que regularizem esta classificação. Por outro lado, existe a nota técnica n° 4, (2014) que destaca que o laudo médico é complementar e não imprescindível ao atendimento educacional especializado, em uma proposta pedagógica e não clínica.

3.4 Acessibilidade das escolas

Quanto ao nível de acessibilidade, verificou-se que na maioria das escolas é insuficiente. Em 2012, 31% das escolas pesquisadas ainda não possuíam rampas, em 2018 as rampas estavam presentes em todas as escolas visitadas, entretanto, sua distribuição pela escola ainda são insuficientes. Os banheiros acessíveis são em número reduzido, pois em algumas escolas são apenas um, utilizado como feminino e masculino. No ano de 2012, em 54% das escolas as salas de aula não eram adaptadas, no ano de 2018 nas escolas pesquisadas todas as salas são adaptadas, porém em quase metade delas a adaptação é insuficiente. A maior limitação foi referente aos locais de recreação, já que nenhuma escola nos anos de 2012 e 2018 relata ter de forma

totalmente acessível uma sala ou outro local apropriado e adaptado para a recreação dos alunos com deficiência.

Estas limitações podem interferir no aprendizado e acolhimento desses alunos, já que o ambiente tem um enorme impacto sobre a extensão da deficiência (OMS, 2012).

De acordo com ACETI (2007), o que se espera com a acessibilidade não é assegurar a aparente igualdade (física ou psicológica), mas sim assegurar a igualdade das coisas, das oportunidades e do acesso.

4. CONCLUSÃO

O perfil das escolas que atendem estudantes com deficiência em Campina Grande são escolas que possui infraestrutura que ainda não foram totalmente adaptadas para atender esses estudantes.

Apesar de entre os anos de 2012 e 2018 ter havido um avanço significativo na inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais nas escolas municipais de ensino fundamental da cidade pode-se dizer que ainda há um longo caminho a ser trilhado para que a legislação atual seja cumprida não só no que concerne ao número de matriculados como também a qualidade dessa educação para que, de fato, a mesma torne-se inclusiva.

ABSTRACT

PROFILE OF THE MUNICIPAL SCHOOLS OF ELEMENTARY SCHOOL OF CAMPINA GRANDE THAT ATTEND STUDENTS WITH DEFICIENCY

Current federal public education policies have required schools to be able to include students with disabilities in their regular education. This study aimed to analyze municipal public schools of primary education in the city of Campina Grande - PB, which serve students with disabilities. Were analyses 13 schools were analyzed using a semi-structured questionnaire in the years of 2012 and 2018. Advances were observed in the inclusion and reception of these students, which may have reflected in the increase in the number of special education enrollments in the regular education of the municipality. Although between 2012 and 2018 there has been a significant advance in

the inclusion of students with special educational needs in the municipal elementary schools of the city can be said that there is still a long way to go so that the current legislation is fulfilled, not only in terms of the number of students enrolled but also the quality of special education so that, in fact, it becomes inclusive.

Key words: Regular room, inclusion, public school.

REFERÊNCIAS

- 1- ACETI, D. C. S. **O amparo legal aos portadores de necessidades especiais.** Anuário de Produção Acadêmica Docente - ANUDO, v. 1, n. 1, p. 207-214. 2007. Disponível em: <<http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/anudo/issue/view/35/showToc>>. Acesso em: junho de 2018.
- 2- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Brasil, 1988.
- 3- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- 4- BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 de dez.1996.
- 5- BRASIL. MEC. SEESP. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2001
- 6- BRASIL. O conselho nacional de educação (CNE) **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**; Lei 10436 de 2002, resolução n. 02 de 2002.
- 7- BRASIL. **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular** / Ministério Público Federal, Brasília, 2004.
- 8- BRASIL. MEC. SEESP. **Educação Inclusiva: Direito à Diversidade:** Documento Orientador. SEESP: Brasília, 2005.
- 9- BRASIL. MEC. SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- 10- BRASIL. **Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

- 11- _____ Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2011.
- 12- CAIADO, K.R.M.; JESUS, D.M.; BAPTISTA, C.R. (Org.). **Professores e Educação Especial – formação em foco**. Editora Mediação: Porto Alegre, 20011 (volume 1 e 2).
- 13- **Declaração de Salamanca** e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE,1994.
- 14- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**: Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>> acessado em junho de 2018.
- 15- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://www.censo2010.ibge.gov.br>> acessado em maio de 2018.
- 16- JESUS, D. M. **Atendimento Educacional Especializado e seus sentidos: pela narrativa de professoras de AEE**. Anais do VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial. Vitória/ES, 2011.
- 17- KASSAR, M. **Marcas da história social no discurso de um sujeito: uma contribuição para a discussão a respeito da constituição social da pessoa com deficiência**. *Cad. Cedes*, v.20, n.50, p.41-54, 2000.
- 18- MAZZOTTA, M. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. Editora Cortez, São Paulo, 2005.
- 19- MELETTI, S. M. F.; BUENO, J. G. S. **Escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil (1997-2006)**. In: Anais da 33ª Reunião Anual da ANPEd: Educação no Brasil: o balanço de uma década. ANPEd, v.1 p.1-17. 2010
- 20- MELETTI, S.M.F.; BUENO, J.G.S. **O impacto das políticas públicas de escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil**. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v.17. n.33. p. 367-383, maio/ago. 2011.
- 21- MORTON, M. **Using DSE to Notice, Recognize and Respond’ to Tools of Exclusion and Opportunities for Inclusion in New Zealand. Review of Disability Studies**: *An International Journal*, v. 8, n. 3, p. 25-34, 2012.
- 22- Organização Mundial da Saúde – OMS. **Relatório Mundial sobre a Deficiência** / World Health Organization, The World Bank; tradução Lexicus Serviços Linguísticos. SEDPeD, São Paulo. 2012. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf>. Acessado em: 29 de junho de 2018.

- 23- PLETSCHE, M. D. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisa.** Educar em Revista, v. 33, p. 143-156, Paraná, 2009.
- 24- PLETSCHE, M. D. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual.** Editoras NAU & EDUR, Rio de Janeiro, 2010.
- 25- PLETSCHE, Márcia Denise. **A dialética da inclusão/exclusão nas políticas educacionais para pessoas com deficiências: um balanço do governo Lula (2003-2010).** In: Revista Teias, v. 12, nº. 24, p.39-55, Rio de Janeiro, jan./abril de 2011.
- 26- PLETSCHE, M. D. & GLAT, R. **A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado.** Revista Linhas Críticas da Unb, Brasília/DF, 2012.
- 27- PLETSCHE, M. D.; OLIVEIRA, M. C. P. de. **Políticas de educação inclusiva: considerações sobre a avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência intelectual.** In: revista Educação, Artes e Inclusão, v. 10, n. 2, p. 125-137, 2015.
- 28- PLETSCHE, Márcia Denise. **Educação especial e inclusão escolar nos Planos Municipais de Educação da Baixada Fluminense: avanços, contradições e perspectivas.** Piracicaba/SP, 2016.